



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**Ministério da Planificação e Desenvolvimento**

**Ministério das Finanças**

# **CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO**

**2010-2012**

**Aprovado na Sessão do Conselho de Ministros de 25 de Agosto de 2009**

**Maputo, Setembro 2009**

## LISTA DE ABREVIATURAS

AT	Autoridade Tributária de Moçambique
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MDG Milénio)	<i>Millennium Development Goals</i> (Objectivos de Desenvolvimento do
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MINAG	Ministério da Agricultura
MIREM	Ministério dos Recursos Minerais
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
NUIT	Número de Identificação Tributária
OE	Orçamento Geral do Estado
OP	Orçamentação por Programa
PAPA	Plano de Acção de produção de Alimentos
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PSI	<i>Policy Support Instrument</i>
SISTAFE	Sistema da Administração Financeira do Estado
SADC	<i>Southern African Development Community</i> (Comunidade para Desenvolvimento da África Austral)
UGB	Unidade de Gestão Beneficiária

## ÍNDICE DE CONTEÚDOS

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO.....	6
2.1. Evolução da Conjuntura Macroeconómica Internacional.....	6
2.3. Projeções para a África Sub-Sahariana.....	9
2.4. Canais de transmissão da crise para economia nacional .....	10
3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS.....	13
3.1. Produto Interno Bruto.....	13
3.1.1. Medidas para manter o nível de crescimento económico em 2009 .....	14
3.2. Perspectivas para a dinamização sustentável do crescimento económico entre 2010-2012.....	18
3.3. Inflação.....	23
3.3. Taxa de Câmbio .....	25
4. ENVELOPE DE RECURSOS.....	26
4.1. Receitas do Estado .....	27
4.2. Recursos Externos.....	29
6. AFECTAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS .....	32
6.1. Despesas de Funcionamento.....	33
6.2. Programas Estratégicos de Investimento .....	36
6.2.1. Afectação de recursos para dinamização sustentável da economia nacional.....	39
6.2.2. Programas de promoção do desenvolvimento social.....	44
6.3. Programas de outra dimensão estratégica.....	46
7. SUMARIO DE AFECTAÇÃO DE RECURSOS.....	48

## **1. INTRODUÇÃO**

1. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação de médio prazo através do qual o Governo organiza e apresenta as opções estratégicas direccionadas a materializar as grandes linhas constantes no seu Plano Quinquenal (PQG) e Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)..

2. O CFMP é o espaço no qual se faz a afectação de recursos para a realização das despesas do Estado. Este instrumento é actualizado anualmente por forma a ter em conta as mudanças conjunturais ou estruturais com influência ou prevalecentes no país sob o pressuposto de que um sistema orçamental deve permitir a afectação dos recursos públicos em função dos efeitos desejados e esperados. Isto significa que a mudança nas políticas e estratégias de médio prazo suscita a aplicação de mecanismos para alterar a estrutura da despesa a fim de a adequar às novas estratégias.

3. No CFMP anterior a este, a afectação de recursos foi de forma assinalável influenciada pela crise mundial de alimentos e do aumento acentuado dos preços de combustíveis que se verificou no início do ano transacto. Actualmente verifica-se uma crise financeira mundial cujos efeitos já se fazem sentir à vários níveis no sector produtivo nacional. Neste sentido, a afectação de recursos para a realização de despesas para os próximos três anos terá em conta a actual crise que se manifesta através da redução da procura global por produtos primários o que consequentemente afecta a economia doméstica no geral.

4. As previsões indicam que comparativamente a lei aprovada em 2009 as receitas fiscais para 2010 poderão crescer em 0.3pp do Produto Interno Bruto (PIB), facto que têm implicações notórias nos recursos disponíveis para realização de determinadas despesas. Esta situação pode agravar se os efeitos da crise financeira se fizerem sentir no seio dos países parceiros que apoiam Moçambique, uma vez que estes vir-se-ão na necessidade de restringir a ajuda externa a favor dos esforços de mitigação da crise no seio próprio.

5. Face aos desafios que se prevê que o país venha a enfrentar, o envelope total de recursos passa de 98,1 mil milhões de Meticais<sup>1</sup> para apenas 98,9 mil milhões de 2009 a 2010. Esta variação corresponde a um crescimento nominal de 0,7%. A afectação de recursos para as despesas de funcionamento toma em conta a necessidade de acomodação da reforma salarial que tem implicações orçamentais a partir de 2010. As despesas de funcionamento incluem ainda a implantação das Assembleias Provinciais, facto que acontecerá como resultado das eleições previstas para finais de 2009.

6. A afectação das despesas de investimento baseou-se na metodologia de orçamentação por programa, iniciada no exercício anterior de planificação. De acordo com a metodologia as actividades de investimento estão organizadas por programas mediante uma categorização hierárquica conforme o impacto de cada um na materialização das grandes linhas de intenções patentes no PQG e no PARPA. Para a afectação de recursos dá-se maior possibilidade à realização das acções inseridas nos programas categorizados como estratégicos<sup>2</sup>.

7. O CFMP 2010-2012 apresenta os limites orçamentais indicativos a partir dos quais cada sector elaborará o seu plano de actividades para 2010 e o respectivo orçamento. Foram também emitidos os limites indicativos para os dois anos seguintes que servem de referência para a programação da despesa aos anos correspondentes.

8. Importa realçar que o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação subordinado ao PQG e PARPA. No entanto o CFMP 2010-2012 está a ser elaborado para um período de vigência que está além dos actuais PQG e PARPA.

9. Os desafios constantes do actual PQG, seguramente poderão figurar na agenda do próximo quinquénio governamental e orientados a reduzir os níveis da pobreza absoluta no país. Nesta perspectiva, o CFMP 2010-2012 aponta a redução dos níveis de pobreza

---

<sup>1</sup> Este é o valor estipulado na Lei Orçamental de 2009 contra os 89 mil milhões de Meticais resultante do ajustamento.

<sup>2</sup> São considerados estratégicos os programas cruciais e de natureza imprescindível para garantia dos serviços mínimos e vitais do país. Destacam-se nesta categoria a Produção Agrária, Acesso à Justiça, Electrificação rural; Educação Primária; Ensino Técnico Profissional; Construção e Reabilitação de Estradas e Pontes, provisão de Água e Saneamento; Investimento Distrital; Desenvolvimento Rural; Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças, etc.

absoluta como o objectivo central, o que deverá ser materializado através da dinamização do crescimento económico; implementação da estratégia da Revolução Verde; promoção do Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento de Infra-Estruturas e Reforma do Sector Público.

10. O CFMP 2010-2012 toma ainda em consideração a necessidade de ver materializados os objectivos de desenvolvimento do milénio (ODM); aumento do acesso e eficácia do sistema de justiça; combate a corrupção e burocratismo e ainda a consolidação processo de descentralização.

## **2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO**

### **2.1. Evolução da Conjuntura Macroeconómica Internacional**

11. A conjuntura macroeconómica global tem sido caracterizada pela instabilidade do mercado financeiro, contracção da actividade económica das principais economias mundiais. Este fenómeno recente manifesta-se ainda pela redução da procura agregada global, aumento dos níveis de desemprego e através da redução da disponibilidade de liquidez nos sectores produtivos.

12. Como corolário da actual conjuntura, espera-se uma desaceleração generalizada das economias avançadas e um crescimento menos acelerado das economias emergentes, África em particular. As previsões do crescimento económico mundial para 2009, inicialmente fixadas em 3,0% (Outubro de 2008), foram revistas em Março último para -0,8%. Enquanto para África Sub-Sahariana a previsão do crescimento para 2009 foi revista de 6,1% para 2,2%; para África do Sul, um grande parceiro de comércio de Moçambique, as previsões actuais de crescimento para 2009 apontam para -0,3% contra 3,3% inicialmente indicados, (World Economic Outlook e Regional Economic Outlook, 2009).

13. Estes são alguns dos efeitos ilustrativos nefastos verificados na economia de vários países, derivados principalmente do impacto da crise financeira mundial cujo panorama previsto é visualizado na tabela 1 que segue.

**Tabela 1. Produto Interno Bruto do mundo e das principais economias.**

	Previsão			
	2008	2009	2010	2011-2012' (Média)
	<i>(Variação percentual)</i>			
<b>PIB Real</b>				
<b>Mundial</b>	<b>3.1</b>	<b>-1.4</b>	<b>2.5</b>	<b>4.7</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>0.8</b>	<b>-3.8</b>	<b>0.6</b>	<b>2.9</b>
Estados Unidos da América	1.1	-2.6	0.8	3.1
<b>Zona Euro</b>	<b>0.8</b>	<b>-4.8</b>	<b>-0.3</b>	<b>1.9</b>
Alemanha	1.3	-6.2	-0.6	1.8
França	0.3	-3	0.4	2
Itália	-1	-5.1	-0.1	1.4
Espanha	1.2	-4	-0.8	1.4
Japão	-0.7	-6	1.7	2.9
Reino Unido	0.7	-4.2	0.2	2.9
Canadá	0.4	-2.3	1.6	2.9
<b>Outras Economias Avançadas</b>	<b>1.6</b>	<b>-3.9</b>	<b>1</b>	<b>4.1</b>
Novas Economias Asiáticas Industrializadas	1.5	-5.2	1.4	5
<b>Economias Emergentes e em Desenvolvimento</b>	<b>6</b>	<b>1.5</b>	<b>4.7</b>	<b>6.6</b>
<b>África</b>	<b>5.2</b>	<b>1.8</b>	<b>4.1</b>	<b>5.4</b>
Sub-Sahara	5.5	1.5	4.1	5.5
<b>Ásia em Desenvolvimento</b>	<b>7.6</b>	<b>5.5</b>	<b>7</b>	<b>8.7</b>
China	9	7.5	8.5	10.3
Índia	7.3	5.4	6.5	7.6
Brasil	5.1	-1.3	2.5	3.7

Fonte: IMF (World Economic Outlook, Julho 2009).

14. Como está ilustrado na tabela 1 atrás, para o período 2010-2012, perspectiva-se o fim do declínio da economia global, sobretudo pela influência da previsão da recuperação da economia norte americana, e ainda da aceleração do crescimento da China e Índia, que em conjunto têm um papel fundamental no comércio internacional.

15. Para África Sub-Sahariana a projecção do crescimento económico para 2010 é de 4,1%. Nos anos seguintes espera-se um crescimento médio de 5,5% ao ano, significando uma recuperação aos níveis anteriores à crise.

16. Como consequência da recessão global, para 2009 espera-se uma contracção do comércio global estimada em 7,7% acompanhada por um abrandamento no nível geral



dos preços ao consumidor, que será recuperada em 2011-12, como se pode observar na tabela 2.

**Tabela 2. Comércio e Preços Mundiais**

	2008	Previsão		
		2009	2010	2011-2012 <sup>1</sup>
		(Média)		
<i>(Varia ção percentual)</i>				
<b>Total de Procura Doméstica Real</b>				
Economias Avançadas <sup>1</sup>	0.4	-2.6	0.2	2.5
<b>Volume de Comércio Mundial</b>				
Importações	2.9	-12.2	1	6.5
Economias Avançadas	0.4	-13.6	0.6	4.8
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	9.4	-9.6	0.8	8.7
<b>Inflação</b>				
Economias Avançadas	3.4	0.1	0.9	1.7
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	9.3	5.3	4.6	4.2
<b>Preço de Mercadorias</b>				
<b>Combustível<sup>1</sup></b>	<b>40.1</b>	<b>-41.9</b>	<b>16.2</b>	<b>3</b>
Preço do Barril em USD	97	60.5	74.5	74.8
Variação Percentual	36.4	-37.6	23.1	<b>4.6</b>
Gás Natural <sup>1</sup>	48.6	-5.7	-0.9	-2.8
Carvão <sup>1</sup>	93.2	-40.6	11.9	-8.6
<b>Produtos Não Petrolíferos<sup>1</sup></b>				
Alimentos <sup>1</sup>	23.4	-19.4	0.8	1.3
Bebidas <sup>1</sup>	23.3	-13.6	-11.4	-1.1
Matéria Prima Agrícola <sup>1</sup>	-0.8	-21.7	4.4	4
Metais <sup>1</sup>	-8	-45.4	15.9	5

Fonte: IMF (World Economic Outlook, Julho de 2009 e Março de 2009)

1 - Previsão de Março de 2009

17. Estimativas do FMI, apontam para uma forte contracção da procura global em 2009, com melhorias previstas para 2010 e 2011. Esta recuperação fundamenta-se pela recuperação do tecido produtivo das grandes economias mundiais.

18. A tabela 2 mostra ainda que para as economias avançadas está prevista uma deflação de -0,3% em 2009, enquanto que para as economias emergentes e em desenvolvimento espera-se que a inflação desacelere de 9,3% para 5,8% entre 2008 e 2009 e de 5,8 para 4,7% entre 2009 e 2010. Com a estabilização do mercado prevista

para 2010, os preços poderão subir mediante o crescimento da procura de bens e serviços no mercado global.

19. Em suma, a redução dos preços no mercado internacional dos principais produtos de exportação dos países da África Sub-Sahariana (minerais e culturas de rendimento), vem deteriorado a conta corrente da Balança de Pagamentos, comprometendo deste modo o desempenho para 2009, o que resultará em repercussões assinaláveis sobre a economia da maioria dos países Africanos; sobretudo os que apresentam uma estrutura económica produtiva pouco diversificada e concentrada na produção e exportação de um só produto, como é o caso dos países produtores de petróleo (Angola e Nigéria), cujo valor das exportações para 2009 poderá baixar em 50%.

### 2.3. Projecções para a África Sub-Sahariana

20. Com a recuperação do volume de comércio internacional, prevê-se um aumento do fluxo de divisas (Dólares Norte Americanos), principalmente nas economias emergentes e em desenvolvimento, situação que poderá pressionar à valorização do dólar no mercado face ao Euro (tabela 3).

**Tabela 3. Preços das Principais Moedas e Taxas de Juro**

	2008	Previsão			Média 2011-12
		2009	2010		
<i>(Variação Percentual, Excepto Indicado)</i>					
<b>Real efectiva</b>					
U.S. dolar	-3,5	15,6	0,5	--	
Euro	6,6	-3,8	--	--	
Yen	10,9	18,1	-0,5	--	
<b>Nominal por U.S. dólar</b>					
Euro	1,47	1,31	1,31	1,31	
Yen	103,1	96,3	101,5	99,1	
<b>Taxa de Juro</b>					
<b>Real</b>					
Estados Unidos da América	0,9	0,5	0,9	3,2	
Zona Euro	2,3	0,6	1,0	1,6	
Japão	1,9	--	1,6	0,7	
Reino Unido	3,2	-0,5	-0,1	0,7	

Fonte: World Economic Outlook, Março de 2009

21. Com a melhoria da situação económica das economias avançadas, haverá uma pressão para o aumento das taxas de juro acompanhada pela estabilização do mercado financeiro global, como ilustra a tabela 3 anterior.

22. As tendências económicas realçadas previamente poderão ter sérias implicações para as economias menos desenvolvidas, como Moçambique. O FMI estima que a queda em 1pp no crescimento global tem como resultado em média, uma redução de 0,5pp no PIB dos países da África Sub-Sahariana. Consequentemente, para 2009 as perspectivas económicas para os países Africanos em geral de desaceleração.

#### **2.4. Canais de transmissão da crise para economia nacional**

23. Os choques conjunturais provocados pela crise financeira começaram a surtir efeitos negativos sobre a produção nacional no último trimestre de 2008, com a subida brusca do preço dos principais produtos alimentares e de combustíveis. Para 2009 espera-se que muitos sectores sejam afectados, o que poderá desacelerar o crescimento do PIB para os próximos anos. Este panorama resultará do facto de existirem sectores com um peso significativo na composição do PIB e que tem um elevado grau de vulnerabilidade aos impactos da crise, por estarem fortemente expostos às tendências do ciclo de negócios global.

24. O eixo principal de transmissão sobre o PIB poderá ocorrer através do choque da procura global de mercadorias e produtos dos quais Moçambique é exportador. Por exemplo, a procura externa por alumínio, que representa cerca de 63% do valor das exportações, é altamente dependente da procura nos países da União Europeia, que actualmente se encontram em recessão. Recentemente, o preço do alumínio tinha baixado em cerca de 70% o que resultou no corte de produção por parte da Mozal e no despedimento de cerca de 5% da força de trabalho.

25. Em contrapartida, espera-se que o nível de investimento em mega-projectos diminua dado o impacto da crise e às condições adversas dos mercados internacionais de capitais que tem disponibilizado fundos para investimentos nestas áreas. Daí, o

crescimento do PIB no médio prazo poderá sofrer as consequências da redução do nível de actividades devido ao adiamento de projectos sobretudo nos sectores industrial e mineiro; como o adiamento da expansão da “Hidroeléctrica de Cahora-Bassa”, justificado pela incerteza na disponibilidade de financiamento, devido à queda de confiança dos investidores nos mercados internacionais de capitais, aos quais as firmas envolvidas nos mega-projectos têm feito recurso. Com efeito, o índice de confiança na actividade industrial no seu todo vem registando uma queda no primeiro trimestre do ano devido a baixa perspectiva de procura e de emprego (INE).

26. A dependência substancial das exportações nos mercados da África do Sul (principalmente electricidade) e União Europeia<sup>3</sup>, poderá contribuir também para o abrandamento da taxa de crescimento do PIB, estando estas a ressentir-se da recessão económica.

27. Outros sectores que poderão ser atingidos pela crise são o turismo externo e o sector das pescas (sobretudo o subsector do camarão, um produto estritamente relacionado ao turismo) devido à previsão de um menor fluxo de visitantes, sobretudo da Europa e África do Sul.

28. O sector dos transportes e comunicações, cujo nível de actividade está ligado ao investimento nos mega-projectos, e de serviços financeiros ressentir-se-á também da crise (porém de forma indirecta).

29. Na área da agricultura, as exportações de algodão e madeira são as mais expostas ao impacto da crise, apesar de que medidas de mitigação estão sendo consideradas para compensar a queda da procura e dos preços. Por exemplo, recentemente o novo preço do algodão de primeira foi fixado em 5,3 Mt/Kg contra os anteriores 6,35 Mt/kg da campanha anterior, o que em grande medida é derivado da redução da procura global deste produto e consequente redução do seu preço<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> 60% das exportações Moçambicanas é destinado à Europa (sendo o alumínio com maior peso), 18% à África do Sul e o resto aos restantes países da SADC e o resto do mundo.

<sup>4</sup> Para o algodão caroço de segunda qualidade o preço por quilograma está agora fixado em 3,95 Mt/kg contra os anteriores 4,7Mt/kg, da campanha anterior (Jornal notícias de 15/05/09).

30. Outros canais de transmissão mais indirectos são a provável queda dos níveis de ajuda externa a partir de 2010 devido aos constrangimentos fiscais nos países doadores e a redução de remessas de migrantes moçambicanos na África do Sul, devido aos despedimentos registados no sector mineiro sul-africano devido, o que também poderá ter um impacto significativo sobre os níveis de consumo das famílias rurais.

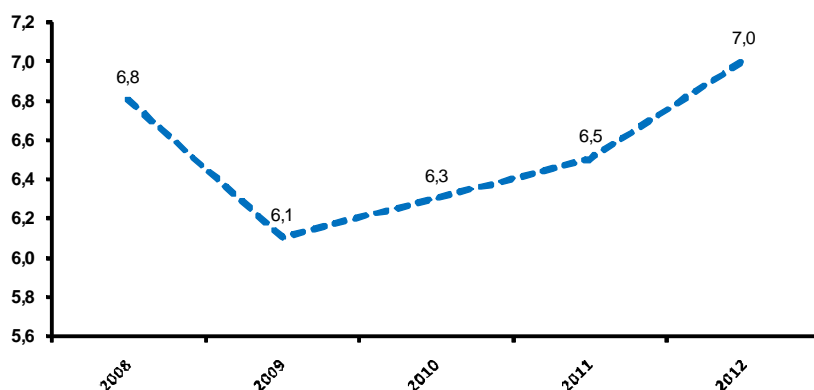
### 3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

#### 3.1. Produto Interno Bruto

31. O crescimento da economia Moçambicana, tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos, apresentando uma taxa média de 7,0% ao ano. Apesar da economia Moçambicana ter alcançado um crescimento robusto em 2008, os riscos derivados da nova conjuntura internacional justificam taxas médias de crescimento abaixo dos 7,0% ao ano.

32. O gráfico que segue mostra o PIB de 2008 e as projecções entre 2009 e 2012. A Lei Orçamental de 2009 previa que o crescimento do PIB neste ano seria de 6,8%, mas por causa dos efeitos negativos da crise financeira mundial as actuais previsões indicam que este crescimento poderá ser de apenas 6,1%. O anexo 5 apresenta as projecções dos indicadores económicos e sociais para este triénio.

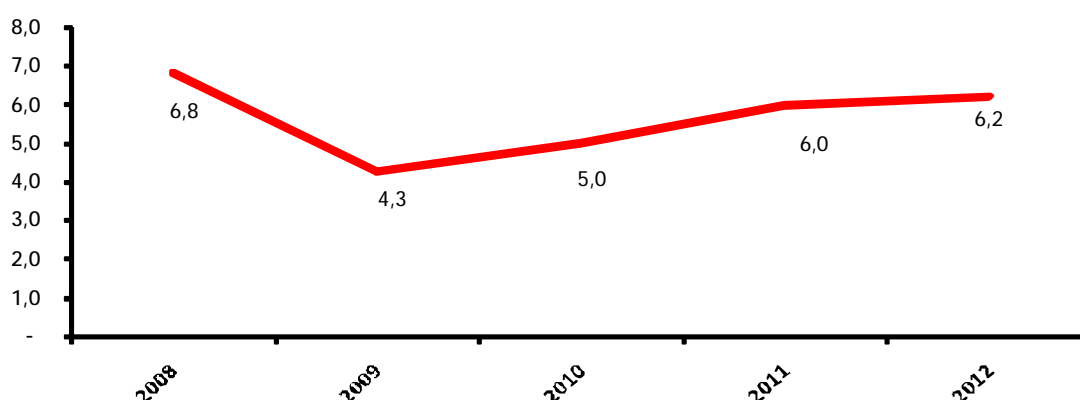
**Gráfico 1. Crescimento do PIB (impacto modesto da desaceleração mundial)**



33. A tendência projectada no gráfico anterior, é sustentada pela adopção e sucesso de políticas de mitigação da crise financeira e também pelo pressuposto de que a produção adicional será absorvida pela procura. Neste sentido, a economia do país deverá crescer a uma média de 6,5% ao ano que ainda assim se encontra abaixo das tendências dos últimos anos. No entanto se a tendência de desaceleração económica mundial for determinante para o ritmo de crescimento em Moçambique a taxa de crescimento do

PIB em 2009 poderá ser de apenas 4,3%, que é ainda menor comparativamente a projecção do crescimento com efeito modesto da desaceleração económica mundial (6,1%). O gráfico 2 ilustra como o comportamento do PIB entre 2009 e 2012 num cenário em que a desaceleração da economia mundial é determinante para o crescimento da economia nacional. Neste caso o crescimento médio deverá ser ainda menor ao redor de 5,4% ao ano entre 2010 e 2012.

**Gráfico 2. Crescimento do PIB (impacto severo da desaceleração mundial)**



### **3.1.1. Medidas para manter o nível de crescimento económico em 2009**

34. Por forma a manter o nível de crescimento de 6,1% e mitigar os efeitos severos da desaceleração mundial, o Governo de Moçambique identifica medidas e novos projectos em alguns sectores, que são arrolados de seguida:

No sector da Agricultura

- Construção de três novas fábricas de processamento de castanha de caju em Nampula, Alto Molócué e Nangade.
- Concepção de um programa de tracção animal para aumentar as áreas de cultivo de modo que, ainda com preços mais baixos, o produtor arrecade maior receita.
- Melhoria dos sistemas de investigação e extensão com o objectivo de incrementar os níveis de produtividade na produção do algodão.

- Realização de campanha de diversificação de culturas nas zonas algodoeiras para que o produtor aproveite as oportunidades das culturas alimentares e de rendimento com maior perspectiva de mercado.
- Desenvolvimento de esquemas colectivos de compra de insumos e venda da produção, para aceder a melhores preços devido a compra de maiores volumes.
- Identificação e exploração de mercados mais remunerados para o algodão, nomeadamente a Turquia e o Bangladesh.

35. Estes novos investimentos contribuirão para acelerar o crescimento da agricultura em 4,25%, passando de 6,0% no cenário de crise para 10,25%. Estas ações deverão ser asseguradas pelo MINAG, conforme foram propostas no seu informe sobre o ponto de situação do impacto da crise económica mundial sobre o sector da agricultura em Moçambique.

No sector dos Recursos Minerais e Energia

36. A empresa extractora da tantalite poderia beneficiar de empréstimos bancários de pré-financiamento das exportações de tantalite, produzido na Província da Zambézia e exportado via Porto da Namíbia. Salienta-se ainda os projectos das centrais térmicas de Moamba, Moatize e Benga e ainda a implementação da expansão do projecto de gás natural de Pande/Temane dos actuais 120MGJ/ano para 183MGJ/ano, ao abrigo do plano de desenvolvimento aprovado pelo Governo em Abril último como potenciais contribuintes para o crescimento do PIB.

37. Este problema não está sob controlo directo do governo. Porém, o Governo (MIREM) deverá acompanhar de perto o ponto de situação da empresa e, na medida do possível, mobilizar financiamentos alternativos para garantir a manutenção das actividades da empresa.



## No sector da Construção

38. Reactivação da produção de Carvão das minas de Moatize, Província de Tete, pela Companhia do Vale (CV) com um investimento total previsto de USD 1.535 milhões, dos quais USD 320 milhões para 2009. A fase de construção arrancou em Junho último, e as exportações estão previstas para 2011. Para assegurar a continuidade deste projecto, o Governo deverá, através o Governo (MIREM, MTC e MOPH) assegurar a logística infra-estrutural do mesmo e garantir que a linha férrea de Sena esteja concluída até finais de 2010.

Implantação das infra-estruturas do projecto de extracção de carvão mineral de Benga, na província de Tete, iniciada em Junho último, com um investimento de USD 9 milhões em 2009 e capacidade de produção de 10 milhões de toneladas por ano. A fase de construção esta prevista para arrancar em 2009. O contrato mineiro foi aprovado e assinado entre o Ministério de Recursos Minerais, em representação do Governo, e a Riversdale.

39. Espera-se que estes projectos acelerem o crescimento do sector da construção em 2,6%, passando de 10% no cenário de crise para 12,6%.

## No sector da Indústria:

40. Arranque das actividades da fábrica de refrigerantes Pepsi Cola, com investimento avaliado em USD 10 milhões em 2009, que iniciou as suas actividades em Março ultimo na Província de Maputo. Para apoiar a empresa na exportação do seu produto, o governo (MIC) deverá facilitar a atribuição do cartão de operador do comércio externo e certificado de origem até Outubro de 2009.

41. Arranque das actividades da fábrica de tubos galvanizados de Bebeluane em Junho último na Província de Maputo, com investimento de USD 45 milhões para 2009. Este projecto visa aumentar a oferta de galvanizados no mercado nacional, de modo a reduzir o volume das importações. Para acelerar o desenvolvimento deste projecto, o governo deverá, através do MIC, acompanhar e monitorar o fornecimento de água e energia para a fábrica.

42. Início da operação da fábrica de Cerveja 2M em Nampula prevista para Outubro de 2009, com investimento de USD 55 milhões. Este projecto visa aumentar a oferta de bebidas e reduzir os custos de escoamento para a zona norte do País. Para garantir a materialização do projecto, o governo deverá, através do MIC, monitorar o processo e participar na remoção de todos eventuais obstáculos sob influência do governo. A capacidade de produção da empresa é de 480 hectolitros por ano e criação de emprego para 200 trabalhadores. Espera-se que parte destes empreendimentos acelerem o crescimento do sector da indústria de bebidas.

#### No sector dos Transportes em Comunicações

43. Projectos: Transporte de material de construção da Companhia do Vale, construção da linha de Sena, implementação do projecto Benga e fábrica de Beluluane. Espera-se que estes projectos acelerem o crescimento do sector dos Transportes e Comunicações em 3%, passando de 9% no cenário de crise para 12%. Esta aceleração será resultado do funcionamento efectivo dos projectos mencionados, cuja implementação poderá ser acelerada parcialmente pelo Governo (MIC e MOPH), nos moldes anteriormente descritos.

#### No sector dos Serviços Financeiros

44. Espera-se que a recente queda das taxas de juro no mercado financeiro doméstico estimule as transacções financeiras. Para tal, o Banco Central deverá monitorar continuamente a saúde do sistema financeiro doméstico, garantindo que as taxas de juro se mantenham estáveis e o acesso ao crédito para investimento alcance maior número de beneficiários. Assim, espera-se que este sector cresça em 7%, ao invés de 5%, previsto no cenário de crise.

No sector do Aluguer de Imóveis e Serviços de Empresas

45. Aumento da procura de imóveis e serviços de empresas na província de Tete, derivada do aumento do fluxo turístico e maior dinâmica económica imposta pela CV, carvão de Benga e projecto de desenvolvimento do turismo. Espera-se que estes factos acelerem o crescimento deste sector em 0,5%, passando de 0,5% previsto no cenário de crise para 1%. Tal como no caso do sector dos transportes e comunicações, esta aceleração de crescimento será resultado do funcionamento efectivo dos projectos mencionados, cuja implementação poderá ser acelerada parcialmente pelo governo, nos moldes anteriormente descritos (MIC e MOPH).

46. Prevê-se que o nível de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) totalize \$597 milhões, em 2009, acima dos \$587 milhões, em 2008. Contudo, no cenário de crise apresenta um IDE de \$470 milhões para 2009, consistente com um Quadro Macroeconómico em que a taxa de crescimento do PIB é de 4,3% e as Reservas Líquidas Internacionais se situam em \$1.423 milhões, um valor inferior em \$185 milhões em relação às previsões anteriores.

47. Assim, com a implementação de medidas e projectos acima arrolados, espera-se que o PIB cresça em 6,1% em 2009, ao invés de 4,3% no cenário de crise.

### **3.2. Perspectivas para a dinamização sustentável do crescimento económico entre 2010-2012.**

48. O agravamento da conjuntura internacional, poderá acentuar o impacto negativo em algumas áreas de produção em Moçambique, através da contracção da procura por determinados produtos no mercado internacional, da tendência de redução do investimento directo estrangeiro a nível internacional e da redução do turismo médio e de luxo.

49. Para os próximos anos perspectiva-se uma melhoria da economia global que se poderá reflectir positivamente na economia moçambicana, se for acompanhada pela estabilização dos preços de petróleo, cereais, metais e energia no mercado internacional,

e de ganhos de competitividade na exportação dos produtos tradicionais (algodão, camarão, castanha de caju, tabaco e a madeira).

50. Apesar da actual conjuntura macroeconómica caracterizada pela crise financeira, prevê-se uma melhoria na conjuntura económica global a partir de 2010, que deverá resultar em externalidades positivas ao País.

51. Para dinamizar a economia, acelerando o ritmo de crescimento verificado nos últimos anos, será necessário realizar investimentos em segmentos que resultem directamente ou impulsionem indirectamente o sector produtivo nacional, aumentando deste modo a criação de empregos e com implicações proveitosas no alargamento da base tributária. O conjunto das medidas para dinamizar a economia a ritmos sustentáveis no médio prazo deve contribuir para mitigar as crises pontuais tais como as de alimentos e combustíveis, financeira e económica. Também se deve ter em conta os desafios que são impostos pela progressiva integração regional.

52. No entanto é preciso anotar que grandes empreendimentos de investimento requerem recursos avultados que muitas das vezes superam o actual nível de recursos disponíveis para a realização da despesa do Estado, tanto da componente interna assim como da externa. Neste sentido, a opção de obter empréstimos afigura-se como a solução para o financiamento para estes investimentos de grande envergadura, o que resultaria no aumento do actual nível de endividamento do país.

53. Para os próximos anos, perspectiva-se que a exploração de outras janelas de financiamento que possam permitir a expansão do investimento público. O endividamento do país deve ser viável, considerando a existência de empreendimentos que tenham externalidades positivas amplas para outras iniciativas de menor dimensão e que contribuam para geração de receitas e criação de emprego.

54. Neste sentido, a exploração de outras janelas de financiamento deveria ter em conta estes empreendimentos com grande potencial de permitir a geração de rendimentos ao país, como os que são arrolados de seguida:

- Projectos Âncora e Arco Norte – Investimento em Turismo

55. O Projecto Âncora está orçado em cerca de USD 90 milhões e tem como objectivo promover o desenvolvimento integrado das zonas abrangidas à actividade agrícola e de transportes, a partir da criação de empreendimentos que estimulem o desenvolvimento de pequenos negócios. Estão em curso o estudo de impacto ambiental e social iniciado a 13 de Abril do ano corrente, o processo de sensibilização e capacitação das comunidades locais para participação em projectos de rendimento. Numa primeira fase está será implementado nas províncias de Inhambane, Maputo, Nampula, e Zambézia

56. O projecto Arco Norte, que compreende as províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula, está orçado em cerca de USD 252 milhões, e tem como objectivo valorizar o património histórico nacional e dinamizar o uso dos espaços nas zonas turísticas; a partir da atracção de mais investimento.

57. No seu conjunto, estes projectos têm como objectivo estimular o crescimento e investimento no sector de turismo através de uma abordagem prática e pro-activa na criação de estâncias turísticas integrados em áreas seleccionadas. Com a implementação deste modelo de desenvolvimento de estâncias turísticas integradas, perspectiva-se a atracção de investimento directo e criação de cerca de 61 mil postos de trabalho<sup>5</sup>.

- Implantação de Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado

58. As experiências dos países que recentemente atingiram níveis consideráveis de referência do crescimento económico têm mostrado que a criação de condições básicas são fundamentais para atrair os investidores. Nesta perspectiva, a criação destas zonas deve ser acompanhada de investimentos integrados por forma a garantir a disponibilidade de água, energia e rede de estradas adequadas.

Neste contexto foi criada a Zona Económica Especial de Nacala com o objectivo de promover o desenvolvimento acelerado da região norte e consequentemente da

---

<sup>5</sup> A criação da empresa Mozaico do Índico, S.A. é resultado da implementação destes projectos

economia nacional, de modo a criar 3 zonas francas industriais. Este projecto tem um investimento privado orçado em cerca de USD 1,5 mil milhões.

- Programa de Electrificação Rural

59. São evidentes os esforços empreendidos no sentido de electrificar as zonas rurais do país. Do total de 128 Distritos do país, já foram electrificados 73 Sedes Distritais. No entanto, para além das restantes Sedes Distritais por electrificar, prevalece o desafio de estabelecer ligações com as principais zonas com potencial considerável de produção seja agrária, mineira e de atracção turística evidente.

- Construção da barragem de Mpanda Nkuwa e expansão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa

60. A prossecução da electrificação massiva do país deverá ser acompanhada pelo aumento da capacidade de geração de energia. Nesta perspectiva, a expansão da hidroeléctrica de Cahora Bassa e a construção da Barragem de Mpanda Nkwa são de capital importância. A implantação destes empreendimentos deverá incluir a capacidade de transformar a energia localmente em diferentes pontos do país e mais relevante ainda a possibilidade de exportar a energia remanescente aos países vizinhos.

61. A Central Hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa (2400MW), cuja construção está prevista a iniciar em entre Abril e Maio de 2010, está orçada em USD 1800 milhões.

62. O projecto de expansão da hidroeléctrica de Cahora Bassa (1245MW), que está a cargo da Companhia Eléctrica do Zambéze (CEZA) em cordenação com a HCB, possui um investimento na ordem dos USD 413 milhões.

- Revitalização da cabotagem marítima

63. Tal como se prevê para a linha norte-sul, a operatividade dos portos de cabotagem se afiguram essenciais num sistema integrado de rede de transporte de cargas, sendo adequado para o transporte de carga para grandes distâncias como do norte a sul do país, comparativamente ao transporte rodoviário.

- Provisão de infra-estruturas básicas no Centro e Norte (MCA)

64. Este empreendimento tem como finalidade aumentar a produtividade da população de províncias do Centro e Norte de Moçambique. A forma de alcançar esta finalidade é aumentar o acesso e qualidade dos serviços de água e saneamento; aumentar o acesso aos mercados e recursos produtivos; estabelecer o acesso a terra e aumentar a produtividade dos produtos de coco e seus derivados bem como encorajar a diversificação em outras culturas de rendimento. O valor alocado para a concretização deste empreendimento é de USD 506 milhões.<sup>6</sup>

- Reabilitação da barragem de Massingir

65. O funcionamento desta barragem garantira a disponibilidade de água para o desenvolvimento da actividade económica nas áreas cobertas por este empreendimento. Com o emergir das iniciativas de produção de bio-combustíveis na região, as externalidades positivas resultantes do funcionamento da barragem poderão estender-se para os mais diversos quadrantes que compõem a cadeia de valor do sector produtivo na região.

- Potenciamento das pequenas e médias empresas e criação dos parques de ciência e tecnologia

66. A criação do Instituto para Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME) e a implantação dos Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) também são factores impulsionadores da dinamização sustentável do crescimento económico para os próximos três anos.

67. O IPEME tem o potencial de capacitar indivíduos em várias matérias que podem impulsionar e aumentar o empreendedorismo e auto-emprego. Está prevista a implantação de três Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) na zona norte, centro e sul. Estes consistem no espaço infra-estrutural para o estabelecimento de empresas baseadas no conhecimento, localizadas num ambiente com ligações formais com instituições de

---

<sup>6</sup> São abrangidas ao abrigo deste projecto as províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia.

Ensino Superior e instituições de investigação. Os referidos parques têm em vista o fomento do empreendedorismo, incubação de pequenas e médias empresas e serve ainda de base de difusão e terciarização de desenvolvimento de produtos e serviços entre empresas-âncora.

### **3.3. Inflação**

68. Em Moçambique, os produtos cujos preços tradicionalmente determinam a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), são os produtos da classe Alimentos e Bebidas não Alcoólicas. Por essa razão, o desempenho da campanha agrícola dita o comportamento da variação do IPC.

69. A deficiência na oferta de produtos da classe alimentos e bebidas não alcoólicas no mercado doméstico, ocasiona o aumento da importação de produtos dos países vizinhos, sobre tudo da África do Sul, de onde são importados grande parte dos produtos alimentares com peso elevado na variação do IPC.

70. O comportamento da inflação na África do Sul, a evolução da taxa de câmbio MT/ZAR, o preço de cereais (o país é um importador líquido de trigo e arroz, produtos com peso elevado no IPC) e do petróleo no mercado internacional, são os principais factores que afectarão a taxa de inflação doméstica. A perspectiva de evolução de cada um destes factores é sumariada a seguir:

- A desaceleração da inflação mundial, olhando particularmente para África do Sul, poderá ter impactos deflacionários sobre o IPC em Moçambique, dadas as ligações comerciais entre as duas economias;
- Apesar da depreciação do Metical face ao Rand Sul-africano, Dólar norte-americano, e ao Euro, sugerir o encarecimento das importações nacionais constitui um risco para a inflação doméstica (via custos); daí espera-se que este efeito seja contrabalançado pela queda de preços na África do Sul e na economia mundial;



- Espera-se que o preço de cereais no mercado internacional reduza em 30,1%<sup>7</sup> em 2009, e que repercuta sobre o IPC doméstico, dado o volume de importação do trigo e arroz;
- Espera-se que o preço do petróleo no mercado internacional caia em 46,4% em 2009, para USD 52 por barril<sup>8</sup>. O PES 2009 foi concebido assumindo um preço de USD 125. A queda do preço do petróleo deverá contribuir para uma inflação mais baixa em 2009.
- Espera-se que a campanha agrícola 2008/2009 seja positivamente afectada pelo Plano de Acção para Produção de Alimentos (PAPA) iniciado em 2008. O resultado positivo verificado no primeiro trimestre do ano sugere que a oferta de alimentos poderá aumentar em 2009, contribuindo assim para redução da inflação do preço dos alimentos, principais determinantes da inflação em Moçambique.

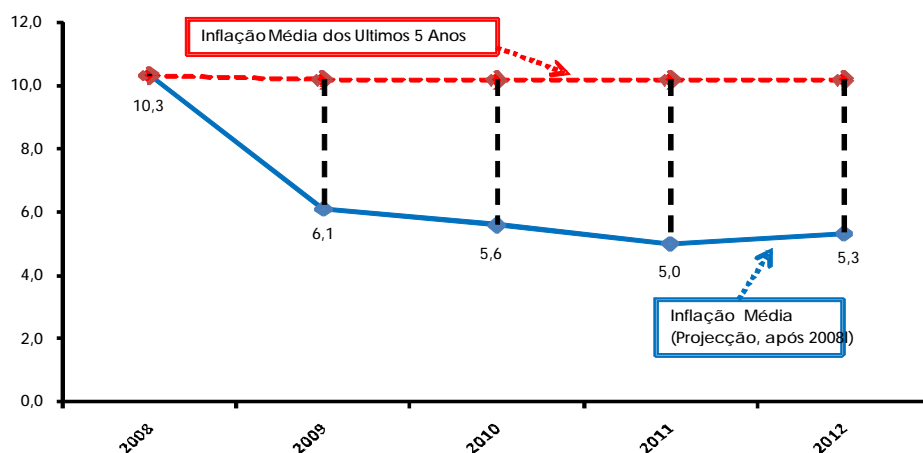
71. Os factores acima arrolados sugerem que a taxa de inflação doméstica tenderá a desacelerar em relação às taxas verificadas nos últimos anos; espera-se que a taxa de inflação média desacelere modestamente de 10,3% em 2008 para 5,3% em 2012, como ilustra o gráfico 3 que segue.

---

<sup>7</sup> Economist Intelligence Unit (Fevereiro).

<sup>8</sup> World Economic Outlook (Abril)

**Gráfico 3. Variação Média de 12 meses do IPC**



Nota: Inflação na Cidade de Maputo

### 3.4. Taxa de Câmbio

72. Relativamente à taxa de câmbio prevê-se um cenário estável e favorável para a promoção das exportações, acompanhado por uma ligeira depreciação gradual do Metical face às principais moedas de transacção no período 2010-2012.

73. A formulação da política cambial será orientada para a necessidade de continuar a aumentar o nível de competitividade das exportações de produtos domésticos e a contínua melhoria do saldo da balança de transacções correntes. Prevê-se ainda, uma depreciação média real efectiva do metical em torno de 1,1%, reflectindo um ganho de competitividade real de 2% ao ano de 2010 a 2012.

#### 4. ENVELOPE DE RECURSOS

74. O Cenário Fiscal de Médio Prazo faz a projecção de despesa com base nos recursos disponíveis. Por isso, existe a necessidade de anualmente actualizar-se este instrumento porque a disponibilidade de recursos é dinâmica e sensível as mudanças que ocorrem no ambiente social, político e económico seja a nível doméstico ou dos países com os quais existem relações de parceria.

75. A economia mundial registou nos últimos seis meses um abrandamento do ritmo de crescimento, o que decorre do alastramento da crise financeira internacional, cujo impacto se começa a fazer sentir nas economias em desenvolvimento. A alteração na conjuntura macroeconómica foi também acompanhada por variações cambiais significativas e pela redução do preço do barril de petróleo. Estes fenómenos têm reflexos, por um lado, no envelope de recursos domésticos e externos e, por outro, nos níveis de despesa pública programada para o triénio 2010-2012.

76. A tabela a seguir mostra a projecção de recursos internos e externos (em termos nominais) disponíveis para o orçamento de Estado no período 2010-2012. Esta projecção de recursos tem em conta o cenário mais optimista do crescimento económico face a crise mundial entre 2009-2012.

**Tabela 4a. Resumo do Envelope de Recursos (Crescimento do PIB 6,1%\_2009)**

	2008	2009	2009	2010	2011	2012
	RE	OE	Ajustado	Proposta	Proposta	Proposta
	<i>(Em Milhões de Meticais)</i>					
<b>Total de Recursos</b>	<b>68,525.6</b>	<b>98,142.1</b>	<b>89,003.9</b>	<b>98,872.1</b>	<b>106,891.5</b>	<b>118,968.6</b>
<b>Recursos Internos</b>	<b>38,017.0</b>	<b>46,506.3</b>	<b>49,865.5</b>	<b>52,429.0</b>	<b>55,232.0</b>	<b>61,306.6</b>
Receitas do Estado	38,268.3	45,176.8	43,100.3	49,980.5	56,826.4	64,230.0
Privatização (ind.CVRD)	841.0	1,039.5	1,044.0	-	-	-
Crédito Interno	-1,092.3	290.0	5,721.3	2,448.6	-1,594.5	-2,923.4
<b>Recursos Externos</b>	<b>30,508.6</b>	<b>51,890.7</b>	<b>39,138.4</b>	<b>46,443.1</b>	<b>51,659.5</b>	<b>57,662.0</b>
Donativos	22,844.3	36,926.5	31,990.5	34,769.7	37,488.2	40,357.8
Créditos	7,664.2	14,964.2	7,147.9	11,673.3	14,171.3	17,304.2

Fonte: MPD/MF- QM

77. Como se pode observar a partir da tabela anterior, o envelope de recursos totais programado entre 2010 e 2012 passa de 98.872 milhões de Meticais para 118.969 milhões de Meticais. Para o mesmo período de referência estima-se que as receitas do

Estado passem de 49.89 mil milhões de Meticais para 64,2 mil milhões de Meticais. A projecção da componente externa estima um crescimento desta fonte de recursos de 46,4 mil milhões de Meticais para quase 57,7 mil milhões de Meticais entre 2010 e 2012.

78. Importa referir que, comparativamente a Lei 2009, o envelope de recursos em 2010 tenderá a retrainir o seu ritmo de crescimento devido ao impacto da crise mundial na projecção das receitas do Estado bem como nos recursos externos. Esta desaceleração é justificada essencialmente, pela contracção na demanda pelas exportações, pela redução do preço dos produtos primários no mercado internacional, pela redução das receitas advenientes das exportações, e pela tendência de depreciação da taxa de câmbio.

79. A recessão da economia mundial pode desacelerar o crescimento da economia moçambicana, levando a rever a taxa de crescimento do PIB de 6,1% para 4,3% em 2009. Nesta perspectiva, o envelope de recursos apresentar-se-á como se ilustra na tabela 4b, a seguir:

**Tabela 4b. Resumo do Envelope de Recursos (Crescimento do PIB 4,3%\_2009)**

	2008	2009	2009	2010	2011	2012
	RE	OE	Ajustado	Proposta	Proposta	Proposta
	<i>(Em Milhões de Meticais)</i>					
<b>Total de Recursos</b>	<b>68.525,6</b>	<b>98.142,1</b>	<b>86.867,0</b>	<b>95.168,3</b>	<b>104.832,2</b>	<b>117.759,8</b>
<b>Recursos Internos</b>	<b>38.268,3</b>	<b>45.176,8</b>	<b>47.728,6</b>	<b>48.725,2</b>	<b>53.172,7</b>	<b>60.097,8</b>
Receitas do Estado	38.268,3	45.176,8	41.094,8	46.462,1	52.849,7	59.586,2
Privatização (incl.O/RD)	841,0	1.039,5	1.044,0	-	-	-
Crédito Interno	-1.092,3	290,0	5.589,9	2.263,2	323,0	511,6
<b>Recursos Externos</b>	<b>30.508,6</b>	<b>51.890,7</b>	<b>39.138,4</b>	<b>46.443,1</b>	<b>51.659,5</b>	<b>57.662,0</b>
Donativos	22.844,3	36.926,5	31.990,5	34.769,7	37.488,2	40.357,8
Créditos	7.664,2	14.964,2	7.147,9	11.673,3	14.171,3	17.304,2

Fonte: MPD/MF-QM

#### 4.1. Receitas do Estado

80. As receitas do Estado são constituídas essencialmente pelas receitas fiscais, receitas não fiscais, receitas próprias receitas consignadas e receitas de capital. A tabela

que segue, mostra a evolução das receitas do Estado para 2010-12, onde constata-se que as receitas fiscais representam em media 84% do total das receitas do Estado, sendo a remanescente parte composta pelas receitas não fiscais, próprias, consignadas e de capital.

**Tabela 5. Evolução das Receitas Internas do Estado**

	2008	2009	2009	2010	2011	2012
	RE	OE	Ajustado	Proposta	Proposta	Proposta
<i>(Em Milhões de Meticals)</i>						
<b>Total de Recursos</b>	<b>68,525.6</b>	<b>98,142.1</b>	<b>89,003.9</b>	<b>98,872.1</b>	<b>106,891.5</b>	<b>118,968.6</b>
Recursos Internos	38,017.0	46,506.3	49,865.5	52,429.0	55,232.0	61,306.6
Receitas do Estado	38,268.3	45,176.8	43,100.3	49,980.5	56,826.4	64,230.0
Receitas Correntes	37,381.1	43,989.2	42,534.3	49,081.5	55,226.4	62,245.0
Receitas Fiscais	32,315.2	37,197.8	37,038.7	42,660.5	47,522.1	53,596.8
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	2,400.4	2,613.8	2,805.1	3,729.0	4,614.5	5,252.4
Receitas Consignadas	2,665.4	4,177.5	2,690.4	2,691.9	3,089.9	3,395.9
Receitas de Capital	887.3	1,187.7	566.0	899.0	1,600.0	1,985.0
Privatização (incl. CV/RD)	841.0	1,039.5	1,044.0	-	-	-
Crédito Interno	-1,092.3	290.0	5,721.3	2,448.6	-1,594.5	-2,923.4

Fonte: MPD/MF - QM

Como corolário da conjuntura actual mundial e tendo em conta a evolução da crise financeira internacional, espera-se que em 2010 as receitas do Estado cresçam em 0,5pp do PIB<sup>9</sup> (tabela 6).

**Tabela 6. Evolução das Receitas internas do Estado**

	2008	2009	2009	2010	2011	2012
	RE	OE	Ajustado	Proposta	Proposta	Proposta
<i>(Em Pontos Percentuais do PIB)</i>						
<b>Receitas do Estado</b>	-0.6	1.0	-0.7	0.5	0.5	0.5
Receitas Fiscais	0.8	0.4	0.0	0.3	0.1	0.3
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	-0.2	0.0	0.1	0.2	0.1	0.0
Receitas Consignadas	0.1	0.5	-0.6	-0.1	0.0	0.0
Receitas de Capital	-0.1	0.1	-0.2	0.1	0.2	0.1

Fonte: MPD/MF - QM

<sup>9</sup> Esta variação é relativa ao 2009 Ajustado, quando comparado com a Lei OE 2009 verifica-se uma desaceleração das receitas em 0.2pp para 2010.

81. Apesar dos acontecimentos acima arrolados, prevê-se que de 2010 à 2012 haja uma recuperação dos níveis de arrecadação de receitas devido aos esforços no domínio da manutenção da estabilidade macroeconómica, manutenção dos níveis de eficiência da administração fiscal, da continuação do esforço de alargamento da base tributária e criação de incentivos que irão continuar a estimular a iniciativa privada no aumento da produção e produtividade (tabela 7).

**Tabela 7. Receitas do Estado em Percentagem do PIB**

	2008 RE	2009 OE	2009 Ajustado	2010 Proposta	2011 Proposta	2012 Proposta
<i>(Em Percentagem do PIB)</i>						
<b>Receitas do Estado</b>	<b>16.0%</b>	<b>16.9%</b>	<b>16.2%</b>	<b>16.7%</b>	<b>17.2%</b>	<b>17.7%</b>
Receitas Fiscais	13.5%	14.0%	13.9%	14.3%	14.3%	14.7%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	1.0%	1.0%	1.1%	1.2%	1.4%	1.4%
Receitas Consignadas	1.1%	1.6%	1.0%	0.9%	0.9%	0.9%
Receitas de Capital	0.4%	0.4%	0.2%	0.3%	0.5%	0.5%

Fonte: MPD/MF - QM

## 4.2. Recursos Externos

82. Os recursos externos apresentam-se sob a forma de créditos e donativos (ver tabela 8). Os donativos destinam-se a apoiar o OE, a projectos de Investimento, acordos de retrocessão entre outros; enquanto os créditos destinam-se a apoiar a Balança de Pagamentos (BoP) e os projectos de Investimento.

**Tabela 8. Fontes de Financiamento Externo**

	2008 RE	2009 OE	2009 Ajustado	2010 Proposta	2011 Proposta	2012 Proposta
<i>(Em Milhões de Meticals)</i>						
<b>Recursos Externos</b>	<b>30,508.6</b>	<b>51,890.7</b>	<b>39,138.4</b>	<b>46,443.1</b>	<b>51,659.5</b>	<b>57,662.0</b>
% do PIB	12.8%	19.5%	14.7%	15.5%	15.6%	15.8%
Donativos	22,844	36,927	31,991	34,770	37,488	40,358
Para Projectos	13,602	26,938	21,028	22,701	24,618	26,702
Contravalores não Consignados	9,033	9,734	10,708	11,781	12,550	13,337
Outros (HIPC e contrav. aos emprest. às Empresas)	209	255	255	287	320	319
Créditos	7,664	14,964	7,148	11,673	14,171	17,304
À Projectos	3,561	7,323	4,065	4,555	4,942	5,349
Outros	4,103	7,641	3,083	7,118	9,229	11,955

Fonte: MPD/MF - QM

83. No âmbito da elaboração do CFMP, os parceiros foram convidados a indicar qual seria a disponibilidade de recursos nos próximos três anos. A tabela 9, mostra o resumo da informação recebida. Em geral não há tendência a reduzir ajuda, apenas existe uma mudança no tipo de ajuda a ser embolsado, uma realocação de recursos dos fundos comuns ao apoio directo ao orçamento.

**Tabela 9. Projecção de Apoio Directo ao orçamento e os fundos comuns, 2010-2012.**

Tipo de ajuda	Sumario em mil Meticais			
	2009	2010	2011	2012
Apoio Directo ao Orçamento	9.351.754	13.502.024	13.229.594	13.067.475
Fundos Comuns	8.771.368	8.714.130	8.342.291	7.119.277
Total	18.123.122	22.216.153	21.571.885	20.186.752

Fonte: PAPs Secretariat

84. Em contrapartida a tabela 10, mostra uma tendência decrescente, em termos médios, dos fundos comuns para os próximos 3 anos:

**Tabela 10. Projecção dos fundos comuns, 2010-2012**

Fundo Comun	Fundos Comuns em mil Meticais			Crec.	
	2009	2010	2011	2012	2009-10
UTRESP	110.000	127.264	97.024	50.513	16%
Tribunal Administrativo (AAT)	101.616	152.859	103.047	71.168	50%
FASE (Educação)	3.646.740	2.566.610	2.698.211	2.203.373	-30%
Saúde	2.467.477	2.420.511	2.282.932	2.262.081	-2%
Combate ao HIV/SIDA	526.810	161.753	128.625	57.991	-69%
Agua (ASAS)	252.199	321.860	430.082	680.563	28%
PROAGRI (Agricultura)	1.191.863	1.431.775	1.222.348	1.088.208	20%
Autoridade Tributaria (AAT)	149.750	194.731	58.442	-	30%
INE	146.903	197.074	156.313	131.042	34%
Estradas	-	994.204	999.852	491.720	0%
UTRAFE	178.010	125.564	125.564	42.768	-29%
Unallocated	-	19.925	39.849	39.849	0%
<b>Total</b>	<b>8.771.368</b>	<b>8.714.130</b>	<b>8.342.291</b>	<b>7.119.277</b>	<b>-1%</b>

PAPs Secretariat

85. De acordo com as projecções, três fundos irão sofrer uma diminuição, o da Educação, Combate ao HIV/SIDA e UTRAFE. Nestes casos as despesas com recursos internos foram priorizados para compensar a queda da ajuda externa.

86. Em 2012 verifica-se uma pequena desaceleração da ajuda externa, mas este facto pode derivar do facto da previsibilidade de recursos não ser forte no médio prazo por parte dos parceiros, dando assim uma indicação não real de que a ajuda externa vai diminuir.

87. Para garantir a estabilidade económica e monetária e assegurar a sustentabilidade do financiamento das despesas públicas, é preciso que se garanta o equilíbrio orçamental. A tabela 11 a seguir ilustra como os recursos totais são utilizados para a realização das despesas ao nível do Governo, para o período de 2010 a 2012.

**Tabela 11. Mapa de Equilíbrio Orçamental**

	2008 RE	2009 OE	2009 Ajustado	2010 Proposta	2011 Proposta	2012 Proposta
<i>(Em % do Total de Recursos, ou especificado )</i>						
<b>Total de Recursos (Em Milhões de Meticais)</b>	<b>68,526</b>	<b>98,142</b>	<b>89,004</b>	<b>98,872</b>	<b>106,891</b>	<b>118,969</b>
Recursos Internos	55.5%	47.4%	56.0%	53.0%	51.7%	51.5%
Receitas do Estado	55.8%	46.0%	48.4%	50.6%	53.2%	54.0%
Crédito Interno	-1.6%	0.3%	6.4%	2.5%	-1.5%	-2.5%
Recursos Externos	44.5%	52.9%	44.0%	47.0%	48.3%	48.5%
<b>Total de Despesas (incl. op. fin. (Em Milhões de Meticais))</b>	<b>69,142</b>	<b>98,142</b>	<b>89,004</b>	<b>98,872</b>	<b>106,891</b>	<b>118,969</b>
Despesas Correntes	54.4%	44.8%	49.8%	49.8%	51.0%	50.9%
Despesas de Investimento	40.1%	48.4%	44.9%	45.2%	43.9%	43.3%
Componente Interna	15.8%	13.7%	16.7%	17.6%	16.2%	16.4%
Operações Financeiras	5.4%	6.8%	5.3%	5.0%	5.2%	5.8%

Fonte: MPD/MF - QM

88. Na tabela 11 consta que o volume total de recursos passa de 98,142 mil milhões de Meticais, em 2009 para 98,872 mil milhões de Meticais em 2010. Estes montantes serão garantidos pelos recursos internos que correspondem a 53%, 51,7% e 51,5% do total para cada ano de 2010 a 2012, e pela componente externa correspondente a 47% 48,3% e 48,5% respectivamente. O valor total de recursos abrange todas as despesas do Governo, incluindo as operações financeiras. Portanto, apenas parte desta será alocada para as despesas sectoriais e territoriais.



## 6. AFECTAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS

89. Como se pôde observar em secções anteriores e face aos desafios que se prevê que o país venha a enfrentar a curto prazo, o envelope global de recursos para o suporte das despesas do Estado variar em 9% em termos reais entre 2009 e 2010 que em termos nominais representa um crescimento mínimo de 57,5 milhões à 66,4 milhões<sup>10</sup> (tabela 13). Para os anos 2011 e 2012, a previsão da evolução dos recursos apresenta-se modesta face aos efeitos residuais da actual conjuntura económica. Mesmo que a situação da crise mude a breve trecho, existem outros desafios a ter em conta no médio prazo tal como a integração regional.

90. As despesas do Estado subdividem-se em despesas gerais (EGE)<sup>11</sup> e sectoriais. As despesas sectoriais são compostas pelo funcionamento e investimento. Para 2010 verifica-se uma pressão grande nas componentes de funcionamento e EGE. Nas despesas gerais foram acomodadas outras grandes despesas como a política salarial e a política monetária (só em 2012) a implantação das Assembleias Provinciais que no seu todo tem um encargo de 357 milhões de Meticais, impõem pressão sobre os recursos previstos que no seu conjunto, impõem pressão sobre os recursos previstos. A tabela 12 mostra a distribuição geral das despesas do Estado financiadas com recursos internos.

**Tabela 12. Distribuição das despesas do Estado**

<i>milhões de meticais</i>	<i>Crescimento de 6,1% do PIB em 2009</i>			
	2009 OE	2010 CFMP	2011 CFMP	2012 CFMP
Total dos Recursos Distribuíveis	<b>57.488</b>	<b>66.304</b>	<b>71.169</b>	<b>81.992</b>
Funcionamento	33.597	40.264	43.773	47.772
Investimento Interno	12.363	14.485	15.153	16.634
EGEs	11.527	11.554	12.242	15.414

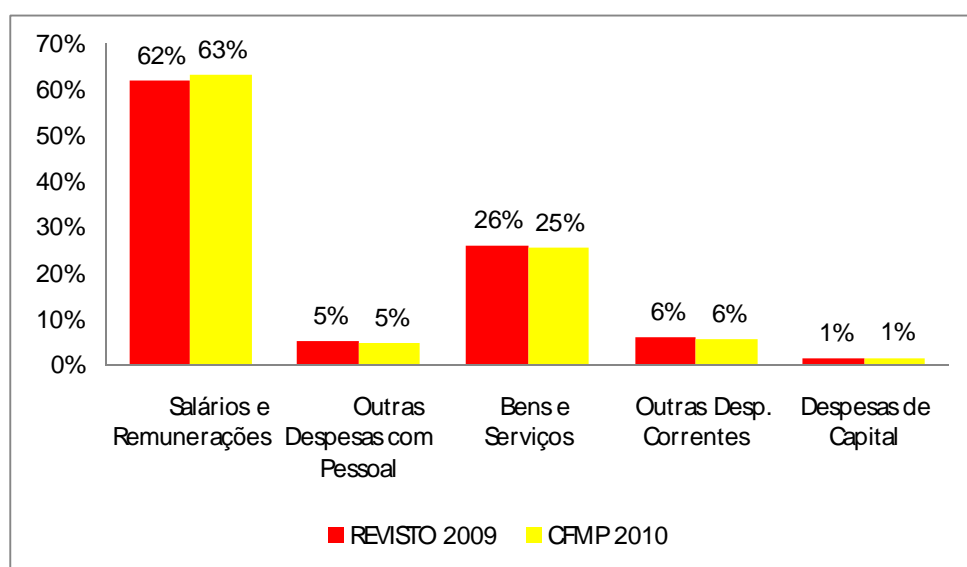
<sup>10</sup> Esta tendência dum modo é exagerada porque parte duma base (OE2009) muito alta

<sup>11</sup> Também tratadas como Encargos Gerais do Estado (EGE)

## 6.1. Despesas de Funcionamento

91. A distribuição das despesas de funcionamento para 2010 resume-se no gráfico 3 a seguir. Pode depreender-se que para 2010 estima-se 62% do total das despesas de funcionamento será absorvido pela rubrica de salários e remunerações; seguindo a rubrica bens e serviços com cerca de 25%; outras despesas correntes com 6%, 5% para outras despesas com o pessoal e despesas de capital com cerca de 1%, respectivamente.

**Gráfico 4. Estrutura das Despesas de Funcionamento**



92. O Governo de Moçambique aprovou em 2008 uma das variantes da reforma salarial, cujos efeitos passam a ter implicações orçamentais a partir do segundo semestre de 2009. A ideia subjacente a esta reforma, em parte tem em vista aumentar o nível de eficiência e eficácia ao nível das instituições do Estado, tendo em perspectiva melhorar os níveis salariais dos funcionários públicos. O encargo adicional resultante desta reforma é de 856,9 milhões de Meticais.

93. Adicionalmente, a política orçamental para o triénio inclui os resultados das negociações da concertação social, que preconiza aumentos salariais ao nível da função pública na ordem dos 14% a 28%, o que já reflecte as implicações orçamentais da reforma salarial. Um outro encargo resultante da reforma salarial é o subsídio de

localização que visa incentivar aos funcionários públicos que se encontrem a trabalhar em locais mais recônditos do país, sendo o encargo adicional para este efeito estimado em 85 milhões de Meticais para 2009.

***Classificação Económica das Despesas de Funcionamento (Nível Central, Provincial, Distrital e Autárquico)***

94. As tabelas que seguem mostram as projecções da despesa de funcionamento para o âmbito Central, Provincial, Distrital e Autárquico para o período de 2010-2012.

95. Os valores projectados para 2010 representam os limites indicativos que servirão de base para a elaboração do Orçamento do Estado enquanto os restantes anos servirão para efeitos de planificação futura.

96. Como se pode depreender da Tabela 13, o crescimento nominal médio das despesas de funcionamento ao nível Central será de quase 7,8%, passando de 13.894,2 milhões de Meticais em 2008, para 18.418,5 milhões de Meticais em 2010, 18.854 milhões de Meticais em 2011 e 19.482,6 milhões de Meticais em 2012. Os aumentos acentuados verificam-se nas rubricas de Despesas de Capital (12,8%) e Salários e Remunerações (10,2%). No caso das Despesas com o Pessoal (9,3%), o aumento deve-se em parte a progressiva implementação da Política Salarial de Médio Prazo aprovada em 2008.

**Tabela 13. Classificação Económica (Âmbito Central)**

Preços Correntes	0						Unidade 10 <sup>3</sup> Meticais
	EXEC 2007	EXEC 2008	REVISTO 2009	CFMP 2010	CFMP 2011	CFMP 2012	Cresc. Real Media
Despesas Correntes	12.731.874	13.894.219	15.635.303	18.418.482	18.853.952	19.482.605	7,8%
Despesas com o Pessoal	6.627.119	7.772.407	8.803.014	10.408.223	10.860.959	11.436.346	9,3%
Salários e Remunerações	5.756.324	6.834.442	7.812.320	9.359.986	9.818.679	10.390.833	10,2%
Outras Despesas com Pessoal	870.795	937.965	990.694	1.048.237	1.042.281	1.045.513	1,9%
Bens e Serviços	3.973.663	4.525.816	4.924.617	5.681.631	5.677.596	5.723.681	5,4%
Outras Despesas Correntes	2.022.069	1.520.333	1.622.839	1.933.669	1.922.682	1.928.645	6,3%
Despesas de Capital	109.024	75.663	284.833	394.959	392.715	393.933	12,8%

Fonte: CFMP 2010-2012

97. A nível Provincial o crescimento global médio das despesas de funcionamento é bastante elevado se comparado ao âmbito Central, situando-se em 10,7% passando de 13.206,7 milhões de Meticais executado em 2008 para 15.945 milhões de Meticais em 2010 e 17.379,3 milhões de Meticais em 2012, o que pode observar-se com mais detalhes na tabela 14 que se segue. Tal como a nível Central, a rubrica de Salários e Remunerações (13,7%) cresceu mais acentuadamente.

**Tabela 14. Classificação Económica (Âmbito Provincial)**

Preços Correntes	Unidade 10 <sup>3</sup> Meticais						
	EXEC 2007	EXEC 2008	REVISTO 2009	CFMP 2010	CFMP 2011	CFMP 2012	Cresc. Real Media
Despesas Correntes	11.379.126	13.206.703	12.944.034	15.945.011	16.570.586	17.379.295	10,7%
Despesas com o Pessoal	8.982.867	10.816.672	10.278.468	13.285.020	13.913.981	14.702.629	13,2%
Salários e Remunerações	8.542.035	10.449.646	9.889.848	12.881.278	13.512.534	14.299.936	13,7%
Outras Despesas com Pessoal	440.831	367.027	388.620	403.742	401.448	402.693	1,2%
Bens e Serviços	2.091.044	2.125.557	2.376.343	2.358.692	2.357.016	2.376.148	0,0%
Outras Desp. Correntes	214.451	117.850	163.569	168.609	167.651	168.171	0,9%
Despesas de Capital	90.765	146.624	125.654	132.691	131.937	132.346	1,8%

Fonte: CFMP 2010-2012

98. Para os âmbitos Distrital e Autárquico a variação média anual das despesas de funcionamento será de 5,4%, com o principal aumento reflectido na rubrica de Salários e Remunerações estimado em 7,4% (tabela 15). Este facto está ligado à descentralização da rubrica de salários e remunerações, que desde o ano passado em que os salários dos funcionários de alguns Distritos são pagos pelas autoridades ao nível distrital. Ao nível autárquico, o destaque vai para a expansão do número de autarquias no presente OE 2009 para 43.

**Tabela 15. Classificação Económica (Âmbito Distrital a Autárquico)**

Preços Correntes	Unidade 10 <sup>3</sup> Meticals						
	EXEC 2007	EXEC 2008	REVISTO 2009	CFMP 2010	CFMP 2011	CFMP 2012	Cresc. Real Media
Despesas Correntes	584.251	1.104.892	3.102.747	3.392.648	3.494.966	3.634.238	5,4%
Despesas com o Pessoal	360.815	417.448	2.109.512	2.338.866	2.442.248	2.573.293	6,9%
Salários e Remunerações	297.337	338.345	1.914.963	2.133.422	2.237.972	2.368.383	7,4%
Outras Despesas com Pessoal	63.478	79.103	194.549	205.444	204.277	204.910	1,8%
Bens e Serviços	200.214	653.857	932.970	990.142	989.439	997.470	2,3%
Outras Desp. Correntes	20.368	17.556	37.592	39.697	39.472	39.594	1,8%
Despesas de Capital	2.854	16.031	22.673	23.943	23.807	23.881	1,8%
FCA (Fundo de Compensação Autárquica)	290.493	478.318	478.504	640.742	715.682	808.627	19,5%

Fonte: CFMP 2010-2012

## 6.2. Programas Estratégicos de Investimento

99. Tal como já iniciou no exercício anterior de planificação, os processos de planificação e orçamentação em Moçambique são guiados pela metodologia de planificação e orçamentação por programas (POP), cuja orientação está virada para a criação de uma estreita ligação entre a planificação e a orçamentação, de modo a dar prioridade aos programas e acções para o alcance das metas, garantindo deste modo uma maior eficácia e eficiência no uso de recursos disponíveis ao nível do Governo.

100. A abordagem por programas tem sido aplicada de forma progressiva às despesas de investimento, ao mesmo tempo que se vai introduzindo melhorias sobre a natureza da sua aplicação<sup>12</sup>. Uma das vantagens da POP é a de priorizar dentro dos sectores, os programas e as acções inerentes que de facto contribuem de forma mais directa para o alcance das intenções patentes na agenda estratégica do Governo que neste caso são o PQG e o PARPA e que estão assentes na necessidade de reduzir os índices de pobreza absoluta e promover o crescimento económico.

101. Em 2009 foram criados programas de onde se inserem as diferentes actividades específicas de investimento, tendo constituído assim a base para a afectação de

<sup>12</sup> Esta abordagem tem em perspectiva remeter a abordagem sectorial a um nível secundário. Espera-se que a abordagem de POP abranja as despesas de funcionamento no próximo ciclo de planificação.

recursos. Estes programas foram classificados como sendo estratégicos, prioritários, económicos de soberania e outros<sup>13</sup>. São considerados estratégicos os programas cruciais e de natureza imprescindível para a existência do país. As acções deste programa garantem os serviços mínimos e de forma mais incisiva para funcionamento da máquina governativa, gerando recursos para a economia e promovendo o bem-estar de grande parte da população.

102. Tanto no âmbito Central assim como Provincial, a afectação de recursos na componente de investimento foi feita tendo em conta a importância estratégica dos programas no alcance dos objectivos nacionais e as acções que constituem cada programa.

---

<sup>13</sup> Foram considerados **prioritários** os programas que derivam das áreas prioritárias de acção do Governo, e figuram de forma visível no PARPA como sendo as principais vias através das quais se pretende ver realizada a agenda de redução da pobreza absoluta através de ritmos sustentáveis de crescimento económico. Os programas **económicos**, são os que possuem um potencial de gerar recursos para a economia. Os programas de **soberania** foram criados para valorizar as actividades de investimento de sectores que pela sua natureza não beneficiam de recursos provenientes de financiamento externo. Os **outros** programas são os restantes que não são inclusos nas categorias acima mencionadas e são agrupados desta forma dada a sua relativa menor importância na materialização da agenda do Governo. Estes são os programas que não são indispensáveis para a redução da pobreza e crescimento económico, embora a sua materialização favoreça os programas das outras três categorias acima mencionadas consideradas importantes. Nesta categoria, se encontra principalmente os programas de apoio institucional na qual se prevê a reabilitação e apetrechamentos de edifícios, formações de rotina dos funcionários das instituições, etc. Enfim, estes são os programas que de forma menos directa contribuem para a redução da pobreza

### **Caixa 1: Metodologia da Planificação e Orçamentação por Programas**

Em 2009, foram criados 584 programas de Governo, dos quais:

- 168 São do âmbito sectorial, com objectivos sectoriais que abrangem todo o País, e desta maneira enquadram acções tanto central como provincial;
- 22 Especificamente do âmbito Provincial, Apoio Institucional Administrativo e Actividades específicas da Província. Estes Programas englobam todas as acções realizadas pela Província que são importantes para o desenvolvimento institucional da Província mas que não estão directamente ligadas aos objectivos nacionais, e;
- 393 Distritais, um para o funcionamento geral do distrito, um de para infra-estruturas sócio económicas e o terceiro para a promoção do desenvolvimento sócio económico.

Na elaboração do Cenário Fiscal de Médio prazo 2010-2012, os Sectores reviram a estrutura programática estabelecida no Orçamento 2009 e apresentaram a proposta de despesas de investimento dentro desta estrutura. Na maior parte não houve grandes mudanças, mas alguns sectores como Obras Públicas e Educação e Cultura simplificaram os programas. Outros como a Procuradoria-Geral do Estado e o Balcão de Atendimento Único aumentaram um Programa para salientar o esforço de expansão institucional.

Nas províncias um trabalho mais árduo foi realizado para melhorar o conhecimento dos programas do Governo, e melhorar a ligação entre as acções e os programas. No exercício do Orçamento 2009 notou-se que muitas acções não foram bem ligadas por falta de conhecimento dos programas e objectivos sectoriais. Neste ciclo houve uma melhoria na ligação e custeamento de acções mas ainda tem que se fazer um esforço maior para incluir todas as instituições nas Províncias dentro do processo.

### **6.2.1. Afectação de recursos para dinamização sustentável da economia nacional**

103. Desde os meados da década 1990 Moçambique tem vindo a registar níveis de crescimento assinaláveis que se tem manifestado através do aumento da actividade produtiva havendo por isso uma necessidade de garantir que a economia continue a crescer a ritmos sustentáveis e consentâneos com os esforços de reduzir os níveis de pobreza.

104. Num quadro em que a crise financeira mundial que tem como uma das manifestações a redução da procura global, o sector produtivo, que é por sinal o dinamizador da economia, enfrenta um enorme desafio por forma a atenuar os efeitos da crise financeira mundial ao nível nacional. Não menos importante de referenciar, a integração regional que poderá pressupor uma redução das receitas aduaneiras, requer um sector produtivo competitivo em relação aos países integrantes por um lado e para compensar e substituir as receitas que poderão ser perdidas.

105. Estes factos suscitam que se dê uma maior possibilidade de realização de acções de índole económica para que outras áreas que por natureza são menos ou não produtivas tenham lugar através de um privilégio ou priorização na afectação de recursos. Desta forma, na esfera económica e para o triénio 2010-2012, a programação de médio prazo elege as acções inseridas nos seguintes programas como sendo de carácter estratégico: (1) Produção agrária; (2) Construção e manutenção de estradas e pontes; (3) Electrificação Rural; (4) Desenvolvimento Rural; (5) Moçambique como destino turístico de classe mundial; (6) Desenvolvimento rodoviário; (7) Desenvolvimento económico dos Distritos (geração de rendimento e produção de comida).

#### ***Agricultura***

106. As acções inseridas no âmbito da produção agrária estão direccionadas a alcançar os seguintes objectivos: aumentar a produtividade e produção para garantir a segurança alimentar; disponibilizar informação sobre os Recursos Naturais existentes (terra,



florestas, fauna); aumentar a produção e produtividade de castanha de caju e da cana sacarina; aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos (sementes e agro-químicos); e outros que concorrem para o aumento da produção e produtividade agrárias, como o de garantir o provimento de serviços de apoio a produção agrícola de forma eficiente; assegurar e facilitar o acesso e protecção dos direitos de uso e aproveitamento da Terra e desenvolver Tecnologias que promovam o uso e manejo sustentável dos recursos naturais.

107. No âmbito da produção agrária existe um Plano de Acção de produção de Alimentos 2008-2011 (PAPA), instrumento direccionado para impulsionar a produção de alimentos suficientes para o país com vista a reduzir a vulnerabilidade em relação aos produtos importados.

### ***Estradas e pontes***

108. A construção ou manutenção e reabilitação de estradas e pontes é o programa estratégico de índole económico no sector das obras públicas. Os pressupostos da política de estradas e de que as estradas cumprem com as funções de garantir o movimento de pessoas e bens e assegurar a viabilização de regiões e projectos de desenvolvimento através de ligações estáveis com os sistemas de mercado, fornecedores ou produtores, e consumidores.

109. As acções priorizadas para o próximo triénio de planificação preconizam o seguinte: reabilitação e manutenção periódica e de rotina das estradas, assegurando a sua qualidade; concluir o estabelecimento da ligação norte-sul; reabilitar as infra-estruturas dos corredores de desenvolvimento; asfaltar estradas que ligam as capitais provinciais; construir pontes principais do país; reduzir a intransitabilidade da rede de estradas classificadas e garantir a complementaridade das redes primárias, secundárias e terciárias; e procurar financiamentos para construção das redes de urbanas e vicinais.

### ***Energia***

110. As acções na electrificação rural e afiguram-se fundamentais para o próximo triénio, no que concerne a criação de ambiente de negócios e de expansão das actividades produtivas nas zonas rurais. Este programa é estratégico pelo potencial que possui na dinamização da cadeia de valor nas circunstâncias actuais condições das zonas rurais e pelo papel que pode ter na para o sucesso da Estratégia de Desenvolvimento Rural.

### ***Desenvolvimento rodoviário***

111. O programa de desenvolvimento rodoviário que tem como acção fundamental a aquisição de mais unidades de transporte público para colmatar a escassez de transportes nas cidades e vilas em todo o país e criação de centros de inspecção para prevenir o elevado número de acidentes de viação.

### ***Turismo***

112. O turismo é um dos potenciais geradores de receitas no país dada as características naturais visualizadas pelas praias paradisíacas e florestas onde podem funcionar reservas ecológicas que poderiam atrair turistas para o país e assim aumentar a circulação e disponibilidade de divisas no país.

### ***Investimentos para geração de rendimento e infra-estruturas sócio-económicas nos Distritos***

113. No âmbito da iniciativa que visa tornar os Distritos como pólos de desenvolvimento, existem dois tipos de investimento, nomeadamente o de infra-estruturas sócio-económicas e equipamentos e o de geração de rendimentos que é frequentemente denominado Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL).

114. Em 2009 afectou-se para cada Distrito pouco mais de 2,5 milhões de Meticais para reabilitação e construção de infra-estruturas sócio-económicas distritais o que totalizou cerca de 340 mil milhões de Meticais. Para 2010, o valor global para estes investimentos para 715 mil milhões de Meticais, e até 2012, fim do triénio, projecta-se 1320 mil milhões de Meticais os encargos para estes fins. Entre as actividades inseridas nesta categoria de investimentos (ora diante designado por outras infra-estruturas), salienta-se a reabilitação de estradas terciárias, fontes de água, tanques carracidas, residências para técnicos, etc, sem no entanto retirar a efectivação de estes investimentos nos Distritos através dos recursos da responsabilidade dos âmbitos Central e Provincial<sup>14</sup>.

115. A partir de 2010, é introduzida uma categoria dentro das infra-estruturas que é estritamente direccionada a reabilitação e construção de infra-estruturas nos Distritos à luz do Programa de Infra-estruturas para os Órgãos Locais do Estado<sup>15</sup> (nível distrital) aprovado pelo Governo em 2008. Este programa surge pelo reconhecimento que se tem do facto de parte significativa dos Distritos, Postos Administrativos e Localidades do País não disporem de infra-estruturas adequadas para o funcionamento dos órgãos locais do Estado<sup>16</sup>. O programa que está previsto a ser implementada até 2015, considera cenários de implementação em consideração das prioridades, nomeadamente:

- **Cenário 1.** Preconiza a construção e reabilitação de edifícios ao nível das unidades territoriais criadas em 1986, sendo um total de 25 Distritos e um conjunto de Postos Administrativos e Localidades e reconstrução de edifícios de Sedes Distritais e Postos Administrativos destruídos em consequência das guerras e calamidades naturais<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> Salienta-se que existem actividades de investimento nos Distritos que são responsabilidade dos níveis Central e Provincial.

<sup>15</sup> Para o apuramento do valor das outras infra-estruturas, o valor adicional de 374 mil milhões de Meticais é distribuído por cada um dos Distritos em função do número de habitantes (com peso de 35%), superfície territorial (peso de 20%), índice de incidência da pobreza (peso de 30%) e capacidade de arrecadação de receitas (peso de 15%).

<sup>16</sup> Estas infra-estruturas compreendem as unidades territoriais criadas ou elevadas sem a criação das devidas infra-estruturas; edifícios destruídos pela guerra e calamidades; instalações de material precário; edifícios velhos já degradados e edifícios relativamente bem conservados mas de dimensões inadequadas.

<sup>17</sup> Estas construções incluirão a combinação dependendo da situação de cada Distrito do seguinte: edifício do Governo do Distrito; residência oficial do Administrador de Distrito; residência do Secretário Permanente;

- **Cenário 2.** Que inclui Povoações, Localidades e Postos Administrativos propostos para a sua elevação a Localidades, Postos Administrativos e Distritos respectivamente, à luz das propostas de criação, alteração elevação, transferência e mudança de toponímia de Unidades Territoriais bem como edifícios para outros Distritos e Postos Administrativos que não possuem infra-estruturas adequadas..

116. A tabela que segue apresenta no global as despesas de investimento nos Distritos.. O valor total a afectar aos Distritos para as infra-estruturas no global passa de 340 mil milhões de Meticais em 2009 para 915 mil milhões em 2010, perspectivando-se alcançar 1.520. milhões em 2012 para o conjunto dos Distritos do país. O valor alocado para a materialização das infra-estruturas dos Órgãos Locais do Estado é de 200 mil milhões de Meticais para cada um dos anos até 2012<sup>18</sup>.

**Tabela 16. Despesas de Investimento Distrital**

<b>Investimento Distrital (Milhões de Meticais)</b>	<b>OE2009</b>	<b>CFMP2010</b>	<b>CFMP2011</b>	<b>CFMP2012</b>
<b>Geração de rendimento (OIL)</b>	<b>1,094,703</b>	<b>1,094,703</b>	<b>1,095,543</b>	<b>1,095,543</b>
<b>Infra-estruturas Distritais</b>	<b>339,549</b>	<b>715,468</b>	<b>981,790</b>	<b>1,320,248</b>
<b>SUB-TOTAL (a)</b>	<b>1,434,252</b>	<b>1,810,171</b>	<b>2,077,333</b>	<b>2,415,791</b>
<b>Órgãos locais do Estado (b)</b>	<b>-</b>	<b>200,000</b>	<b>200,000</b>	<b>200,000</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1,434,252</b>	<b>2,010,171</b>	<b>2,277,333</b>	<b>2,615,791</b>

a) Recursos alocados directamente aos Distritos

b) Recursos a serem usados nos Distritos através da afectação Central

Fonte: CFMP 2010-2012

117. Desde 2006 que o Governo vem alocando recursos aos Distritos<sup>19</sup> para a promoção de actividades de geração de rendimentos, criação de empregos e produção

---

secretaria do Posto Administrativo; residência do Chefe do Posto Administrativo; secretaria de Localidade; residência para técnicos com formação superior e residência para Chefe de Localidade.

18 Esta verba é alocada ao Ministério da Administração Estatal que se responsabilizará pelos processos de lançamento dos concursos, adjudicação de obras bem como a coordenação com os Distritos sobre as obras a serem realizadas e garantir que as obras sejam realizadas. Na coordenação deste programa liderado pelo MAE, o MOPH deverá zelar pelos procedimentos técnicos inerentes à construção e a respectiva fiscalização das obras. O MPD e MF acompanharão e vão monitorar a execução das obras à luz dos recursos solicitados para as obras.

<sup>19</sup> Em 2006 cada um dos Distritos recebeu sete mil milhões de Meticais para estes fins.

de comida. O valor global alocado para o Investimento Distrital passa de 1434, milhões de Meticais para 2010. milhões de Meticais em 2010. No fim do triénio de vigência deste CFMP, projecta-se para os Distritos no seu conjunto um valor global de 2615. milhões de Meticais para as actividades de geração de rendimento, comida e emprego.

### **6.2.2. Programas de promoção do desenvolvimento social**

118. Na esfera do desenvolvimento social, são estratégicos os programas dos sectores da Educação e Cultura, Saúde, da Justiça, e Mulher e Acção Social. (1) Ensino Primário e Técnico Profissional; (2) promoção de Saúde e Prevenção de Doenças; (3) Assistência Medica; (4) Desenvolvimento dos Recursos Humanos de Saúde; (5) Desenvolvimento de Rede Sanitária; (6) Agua e Saneamento; (7) Eficácia da Justiça e (8) Promoção da equidade de género (9) Assistência social aos grupos sociais mais vulneráveis. Estes programas têm importância no potencial impacto para redução da pobreza absoluta e no cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

#### ***Educação***

119. A educação é uma componente social importante e considerada como uma área chave para o desenvolvimento do país. A Estratégia da Educação de médio prazo tem como objectivos expandir o acesso Educação Primária e o Ensino Técnico Profissional.

120. O Ensino primário tem o objectivo de assegurar que todas as crianças completem sete anos de ensino primário de qualidade até 2015. Neste programa é prioritário reforçar a reconstrução de escolas rurais e construção e reabilitação de Instituições de formação de professores, produção do Livro Escolar.

121. O programa de Ensino Técnico tem como objectivo melhorar o acesso e a relevância do ensino técnico profissional para o desenvolvimento do País. Um dos resultados deste programa é a provisão de profissionais orientados ao saber-fazer

enquadrados deste modo na intenção de aumentar os níveis de produção e produtividade em várias áreas de actividade.

### *Saúde*

122. No sector da saúde Promoção de saúde e prevenção das doenças, Assistência Médica, Desenvolvimento dos Recursos Humanos de saúde e Desenvolvimento de Rede Sanitária são todos considerados estratégicos devido a complementaridade que existe entre si e no potencial impacto para na medida em que contribuem para a melhoria do bem-estar social. As principais acções inseridas nestes programas visam implementar programas de saúde da mulher e da criança das doenças transmissíveis, prestar serviços curativos, compra e distribuição de medicamentos e de material cirúrgico e de equipamento hospitalar. Serão ainda construídas e reabilitadas infra-estruturas sanitárias incluindo o abastecimento de água e energia. A necessidade de infra-estruturas sanitárias e do aumento do número de técnicos de saúde no país é evidente principalmente nas zonas rurais onde a população tem de se deslocar à grandes distâncias para acederem aos cuidados de saúde.

### *Justiça*

123. As acções no âmbito da eficácia da justiça têm em vista a implantação do sistema de justiça em todas as regiões do país para permitir o acesso rápido e eficiente a justiça por parte da população. A programação do sector da justiça para o triénio 2010-2012 prioriza a construção de infra-estruturas para as procuradorias e os tribunais judiciais de província, instalação e funcionamento dos tribunais superiores de recurso regionais, construção e reabilitação de infra-estruturas prisionais e seu apetrechamento, promoção de sistemas alternativos de resolução de conflitos sociais e económicos através da arbitragem, mediação e conciliação; reinserção social dos presos através do trabalho, da formação escolar e profissional e melhoria das condições de vida da população prisional.

### ***Mulher e Acção Social***

124. A intervenção do Governo relativamente as áreas da mulher, família e Acção Social é feita no sentido de garantir a promoção dos direitos e Protecção Social Básica aos grupos populacionais vulneráveis e carenciados, nomeadamente: a Mulher, a Criança, a Pessoa Portadora de Deficiência, a Pessoa Idosa, ex- Militares Desmobilizados e Portadores de Deficiência e outros grupos vulneráveis. Os principais programas (Subsidio de Alimentos, Apoio Social Directo, Beneficio Social pelo Trabalho, Geração de Rendimentos e atendimento institucional através das Unidades Sociais), implementados nestas áreas têm em vista, por um lado, assegurar a assistência aos grupos populacionais incapacitados para o trabalho, por outro, a promoção e capacitação dos grupos carenciados para realização de actividades de rendimento para o auto sustento e de desenvolvimento do país.

### **6.3. Programas de outra dimensão estratégica**

125. O próximo PQG relevará de forma mais profícua os assuntos para o desenvolvimento da juventude e reinserção dos desmobilizados de guerra. Uma das formas de concretizar estas intenções passa pela priorização destes segmentos da sociedade nos esforços da promoção do emprego.

126. A reinserção tanto dos desmobilizados da guerra dos e os desmobilizados das FADM passa pela sua facilitação nas formações técnico profissionalizantes como forma de se engajarem facilmente no mercado de emprego e ainda promoverem o auto-emprego.

127. O programa de apoio na área de juventude baseia -se fundamentalmente na componente de infra-estruturas e formação, com a finalidade de promover actividades ligadas à juventude nas Províncias e nos mais diversificados quadrantes. Entre as diferentes acções de investimentos previstas destacam-se as seguintes: (1) construção de Centro de Tecnologia, Informação Comunicações (TIC's) em Mueda; (2) construção do Centro Regional de Recursos Juvenil em Niassa; (3) construção de Centros Juvenis

(Pebane e Mocuba); (4) reabilitação da pousada juvenil de Tofo; construção e apetrechamento da casa da juventude; programa Geração BIZ; (5) construção do centro Juvenil de Inhaca.

128. Estes centros visam, no geral, criar um espaço de lazer; círculos de interesse de para os jovens; oferecer um espaço juvenil para actividades interactivas, formação, arte, cultura, recreação e promover a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, incluindo a prevenção do HIV. A promoção de emprego para jovens deverá merecer a atenção especial na definição de estratégias, aproveitando a carteira de investimentos que forem implementados nos anos estabelecidos neste cenário.

129. Este CFMP perspectiva o início gradual da modernização das forças de defesa e segurança. O programa de apoio institucional incorporara as actividades que embora sendo importantes para o desenvolvimento do sector, estas não estão directamente ligadas aos serviços ao cidadão e. são as que menos contribuem de forma directa para a redução da pobreza. Neste tipo de actividades salienta-se o apetrechamento e reabilitação de edifícios, compra de material de escritório e formações de rotina<sup>21</sup>. A afectação de recursos para as despesas referentes as acções apoio institucional e administrativo foi limitada tanto a nível central como provincial. Em 2010 o programa de apoio institucional absorveu cerca de 18,5% do investimento provincial (2.292,7 milhões de Meticais), reconhecendo assim que a melhoria das condições de trabalho são importantes, todavia não constituem uma prioridade do Governo.

130. Entre 2010, 2011 e 2012 as Províncias. Nampula e Zambézia continuam absorver a maior proporção de recursos tanto para as despesas de funcionamento assim como as de investimento (anexo 3), o que justifica o aumento das despesas através da componente interna, passando de 14.6 mil milhões de Meticais para 22.9 mil milhões de Meticais entre 2009 e 2012.

---

<sup>21</sup> As acções inseridas nesta categoria têm uma proporção significativamente alta, em particular na Províncias onde grande parte do investimento é planificada para este programa, quando comparado aos outros programas



## 7. RESUMO DA AFECTAÇÃO DE RECURSOS

131. A tabela 17a apresenta a distribuição de investimento e funcionamento por âmbitos. Para os três anos a afectação dos recursos internos para as despesas sectoriais apresentam uma tendência crescente, a todos os níveis. De 2008 a 2012 as despesas do âmbito central aumentam de 26.882 milhões de Meticais para 31.699 milhões de Meticais, embora apresentem uma tendência decrescente em relação ao total. Com a descentralização da rubrica salários e remunerações os distritos e autarquias apresentam um crescimento bastante significativo de 2008 a 2012, o que pode ser observado na tabela anterior.

**Tabela 17a. Distribuição das despesas totais entre 2010 e 2012 (6.1% do PIB em 2009).**

Despesas Internas milhões de meticais						% da Despesas Interna				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
	CGE	OE	CFMP	CFMP	CFMP	CGE	OE	CFMP	CFMP	CFMP
<b>Recursos de afectação interna</b>	55.134	57.488	66.305	71.168	79.819	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Central	26.882	25.992	28.289	30.150	31.699	48,8%	45,2%	42,7%	42,4%	39,7%
Provincia	20.121	14.615	18.239	19.862	22.918	36,5%	25,4%	27,5%	27,9%	28,7%
Distritos	2.459	4.517	5.403	5.968	6.645	4,5%	7,9%	8,1%	8,4%	8,3%
Autarquias	700	837	960	1.069	1.206	1,3%	1,5%	1,4%	1,5%	1,5%
EGE	4.971	11.527	13.414	14.119	17.351	9,0%	20,1%	20,2%	19,8%	21,7%

Fonte: CFMP 2010-2012

132. Se o crescimento económico em 2009 for na ordem de 4.3% em 2009, a tendência será de uma redução dos recursos internos disponíveis para a respectiva afectação nas despesas sectoriais de 2010 a 2012 (Tabela 17b):

**Tabela 17b. Distribuição das despesas totais entre 2010 e 2012 (4.3% do PIB em 2009).**

Despesas Internas milhões de meticais						% da Despesas Interna				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
	2008	2009	CFMP	CFMP	CFMP	CGE	OE	CFMP	CFMP	CFMP
<b>Recursos de afectação interna</b>	<b>55.134</b>	<b>57.488</b>	<b>62.313</b>	<b>68.791</b>	<b>78.292</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Central	26.882	25.992	24.973	28.290	30.485	48,8%	45,2%	40,1%	41,1%	38,9%
Provincia	20.121	14.615	17.702	19.520	22.655	36,5%	25,4%	28,4%	28,4%	28,9%
Distritos	2.459	4.517	5.392	5.956	6.633	4,5%	7,9%	8,7%	8,7%	8,5%
Autarquias	700	837	882	983	1.105	1,3%	1,5%	1,4%	1,4%	1,4%
EGE	4.971	11.527	13.364	14.042	17.415	9,0%	20,1%	21,4%	20,4%	22,2%